

Anteprojeto de Decreto-Lei

Capítulo I Disposições gerais

Artigo 1.º

Objeto

O presente decreto-lei estabelece o regime de execução do acolhimento familiar, medida de promoção dos direitos e de proteção das crianças e jovens em perigo prevista na alínea *e*) do n.º 1 do artigo 35.º e no artigo 46.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, na sua atual redação, adiante designada por LPCJP.

Artigo 2.º

Conceito e pressupostos de execução

- 1 - Conforme o disposto no artigo 46.º da LPCJP, o acolhimento familiar consiste na atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma pessoa singular ou a uma família, habilitadas para o efeito, visando proporcionar à criança ou jovem a integração em meio familiar estável que lhe garanta os cuidados adequados às suas necessidades e bem-estar, bem como a educação e o afeto necessários ao seu desenvolvimento integral.
- 2 – A medida de acolhimento familiar é executada tendo por base a previsibilidade da reintegração da criança ou do jovem na família de origem ou em meio natural de vida.
- 3 – Não sendo possível a solução prevista no número anterior, constitui igualmente pressuposto da execução a preparação da criança ou do jovem para a confiança com vista a adoção ou para a autonomia de vida, nos termos previstos na LPCJP.

Artigo 3.º

Objetivos

- 1 – O acolhimento familiar tem por objetivos proporcionar à criança ou jovem, designadamente:
 - a)* Condições para a adequada satisfação das suas necessidades físicas, psíquicas, emocionais e sociais;
 - b)* Estabelecimento de laços afetivos, seguros e estáveis, determinantes para a estruturação e desenvolvimento harmonioso da sua personalidade;
 - c)* Aquisição de competências destinadas à sua valorização pessoal, social, escolar e profissional;
 - d)* Potenciar a construção da sua identidade e integração da sua história de vida.

2 - No âmbito da execução da medida de acolhimento familiar deve também ser promovida a aquisição e reforço das competências dos pais e/ou dos detentores do exercício das responsabilidades parentais para que possam, com qualidade, exercê-las no respeito pelo superior interesse da criança ou do jovem.

Artigo 4.º

Princípios orientadores

Sem prejuízo dos princípios orientadores da intervenção previstos no artigo 4.º da LPCJP, a execução da medida de acolhimento familiar obedece aos seguintes princípios:

- a)* Individualização – a criança, ou jovem, deve beneficiar da integração em vida familiar e receber atenção e cuidados individualizados que lhe permita criar relações de afetividade seguras e desenvolver competências e valores que promovam o seu crescimento e bem-estar;
- b)* Normalização – à criança ou jovem deve ser proporcionado um quotidiano semelhante ao de qualquer outra criança ou jovem da mesma idade;
- c)* Participação e audição – a criança ou jovem deve participar e ser ouvida nas decisões que lhe dizem respeito, em função da sua idade e maturidade, devendo ser tidas em consideração as suas opiniões, designadamente no que respeita à definição e execução do seu projeto de promoção e proteção, revisão da medida de acolhimento familiar, bem como à dinâmica da família de acolhimento onde se encontra;
- d)* Preservação dos vínculos parentais e fraternos – deve potenciar-se a autoestima e afetividade da criança ou do jovem, pelo que deve ter-se em conta a proximidade aos contextos de origem e a salvaguarda de relações psicológicas profundas, bem como a não separação de fratrias, salvo quando contrarie os interesses das crianças ou dos jovens envolvidos e constitua obstáculo ao processo de intervenção;
- e)* Corresponsabilização da família de origem – deve favorecer-se a participação e capacitação da família de origem numa perspetiva de compromisso e de colaboração;
- f)* Acessibilidade a recursos comunitários – a família de acolhimento deve ter acesso a recursos e serviços diversificados na comunidade;
- g)* Adequação – deve ter-se em conta as necessidades de cada criança ou jovem, a respetiva situação familiar, bem como a finalidade e a duração do acolhimento;
- h)* Colaboração interinstitucional – deve ser assegurada a articulação entre as entidades envolvidas, no âmbito de uma abordagem sistémica que, através dos respetivos profissionais, permita e facilite o estímulo e o desenvolvimento das potencialidades da criança ou do jovem e das respetivas famílias, bem como o apoio técnico às famílias de acolhimento.

Artigo 5.º

Entidades competentes no âmbito da promoção e proteção

1 - As comissões de proteção de crianças e jovens (CPCJ) aplicam a medida de acolhimento familiar e acompanham a respetiva execução nos termos definidos no acordo de promoção e proteção.

2 - A execução da medida de acolhimento familiar, decidida em processo judicial, é dirigida e controlada pelo tribunal que designa as equipas específicas previstas no n.º 3 do artigo 59.º da LPCJP.

3 - Os atos materiais da execução da medida cabem às instituições de enquadramento referidas no artigo 7.º e/ou a outras entidades indicadas no acordo de promoção e proteção ou em decisão judicial.

4 - Nos casos em que a execução da medida envolva aspetos específicos relacionados com competências de entidades de outros setores, designadamente da saúde e da educação, e/ou com as atribuições do município, estas colaboram com as entidades referidas nos números anteriores, nos termos definidos no acordo de promoção e proteção ou na decisão judicial.

Artigo 6.º

Entidades gestoras

1 – A gestão do sistema de acolhimento familiar compete ao Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS, I.P.) e à Santa Casa Misericórdia de Lisboa (SCML), atentas as suas atribuições e competências.

2 – Às entidades gestoras referidas no número anterior compete, de forma concertada e colaborativa, designadamente:

- a) Realizar a gestão de vagas em acolhimento familiar, em conformidade com o disposto no artigo 9.º;
- b) Desenvolver campanhas de captação de famílias de acolhimento;
- c) Determinar o número máximo de famílias de acolhimento a acompanhar, em simultâneo, por cada instituição de enquadramento;
- d) Elaborar um plano conjunto de formação inicial de famílias de acolhimento, a aprovar pelos respetivos órgãos máximos;
- e) Proceder ao pagamento do apoio pecuniário a que se refere o artigo 30.º;
- f) Promover a qualificação das famílias de acolhimento, designadamente através de sistemas de informação, suportes de intervenção técnica e meios digitais;
- g) Efetuar o levantamento anual de necessidades de formação;
- h) Efetuar o levantamento anual de necessidades de famílias de acolhimento;
- i) Elaborar relatório anual de avaliação do sistema de acolhimento familiar de crianças e jovens, no âmbito das suas competências.

3 – O plano de formação a que se refere a alínea d) do número anterior é aplicado por todas as instituições de enquadramento.

4- Os termos e as condições de operacionalização da gestão de vagas são definidos por protocolo a celebrar pelas entidades gestoras.

Artigo 7.º

Instituições de enquadramento

1 - Mediante acordos de cooperação celebrados com o ISS, I.P., as instituições particulares de solidariedade social, ou equiparadas, que desenvolvam atividades na área da infância e juventude podem atuar como instituições de enquadramento.

2 – As entidades gestoras referidas no artigo anterior podem, igualmente, ser instituições de enquadramento.

3 – Mediante a celebração de protocolos com o ISS, I.P. ou a SCML, pode a Casa Pia de Lisboa (CPL) ser também instituição de enquadramento, cabendo-lhe ainda as competências previstas nas alíneas *b)*, *d)* e *e)* do n.º 2 do artigo anterior.

4 - O processo de candidatura, seleção, formação, avaliação, e reconhecimento das famílias de acolhimento é da responsabilidade das instituições de enquadramento e é objeto de regulamentação por portaria do membro do Governo responsável pela área da solidariedade e segurança social.

5 – Os termos e as condições de atuação das instituições de enquadramento no âmbito da execução da medida de acolhimento familiar são objeto de regulamentação por portaria do membro do Governo responsável pela área da solidariedade e segurança social.

Artigo 8.º

Gestão do processo

1 – A gestão do processo de promoção e proteção em que foi aplicada a medida de acolhimento familiar é assegurada, preferencialmente, por dois técnicos, numa lógica de intervenção conjunta e complementar, em estreita articulação com a equipa da instituição de enquadramento e, quando exista, com o técnico responsável pelo acompanhamento da família de origem, bem como com outras entidades ou serviços intervenientes no processo.

2 – De entre os técnicos referidos no número anterior, é ao gestor do processo de promoção e proteção que compete mobilizar todos os intervenientes e os recursos disponíveis por forma a assegurar de forma global, coordenada e sistémica, os apoios, serviços e acompanhamento de que a criança, ou jovem, e a sua família de origem necessitam, bem como prestar informação sobre o conjunto da intervenção desenvolvida.

Artigo 9.º

Gestão de vagas

1 – A gestão de vagas importa a identificação de vagas em famílias de acolhimento, tendo em conta as necessidades, perfil e enquadramento psicossocial da criança ou do jovem a acolher, e a sua comunicação à CPCJ ou ao tribunal.

2 – No âmbito da gestão de vagas é efetuado o registo das famílias de acolhimento em bolsa, cabendo às instituições de enquadramento a comunicação permanente das famílias de acolhimento que enquadram.

3- A bolsa referida no número anterior corporiza-se através de base de dados única e partilhada entre as entidades gestoras, no estrito cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados.

Artigo 10º

Projeto de promoção e proteção

1 - A execução da medida de acolhimento familiar implica a elaboração de um projeto de promoção e proteção no prazo máximo de três meses a contar da data da sua aplicação pela CPCJ ou pelo tribunal, e de harmonia com o estabelecido no acordo de promoção e proteção ou na decisão judicial.

2 - O projeto de promoção e proteção é elaborado pelo técnico gestor do processo de promoção e proteção com a participação da criança ou do jovem, de acordo com a sua capacidade e maturidade, e da família de origem, salvo decisão judicial em contrário.

3 - O projeto de promoção e proteção contém o diagnóstico da situação da criança ou do jovem, integrando as áreas do desenvolvimento individual, bem-estar, saúde, educação, família, socialização e integração comunitária bem como o respetivo plano de intervenção.

Artigo 11.º

Plano de intervenção

1 - O projeto de promoção e proteção, a que se refere o artigo anterior, é operacionalizado através do plano de intervenção onde estão estabelecidos os objetivos a atingir em função das necessidades, vulnerabilidades e potencialidades diagnosticadas na situação da criança ou jovem, definindo as estratégias de atuação, os programas de intervenção, as ações a desenvolver, bem como os recursos necessários e as entidades a envolver, a respetiva calendarização e avaliação.

2 - Cabe à entidade responsável pela execução dos atos materiais da medida a elaboração do plano de intervenção, em articulação com o gestor do processo.

3- Nos termos da legislação em vigor, o plano de intervenção é de acesso restrito, integra o processo individual da criança ou jovem e é permanentemente atualizado, competindo à instituição de enquadramento o seu arquivo em condições de segurança e confidencialidade.

Capítulo II

Acolhimento familiar

Secção I **Requisitos gerais**

Artigo 12.º

Famílias de acolhimento

- 1 - Nos termos e para os efeitos do disposto no presente diploma, podem ser família de acolhimento:
 - a) Uma pessoa singular;
 - b) Duas pessoas casadas entre si ou que vivam em união de facto;
 - c) Duas ou mais pessoas ligadas por laços de parentesco e que vivam em comunhão de mesa e habitação.
- 2 - Nos casos previstos nas alíneas *b)* e *c)* do número anterior, um dos elementos da família de acolhimento é o responsável pelo acolhimento familiar.
- 3 - As pessoas a que se refere o n.º 1, a quem é atribuída a confiança da criança ou do jovem em acolhimento familiar, não podem ter qualquer relação de parentesco com esta.

Artigo 13.º

Número de crianças ou jovens por família de acolhimento

- 1 - Cada família de acolhimento pode acolher até duas crianças ou jovens.
- 2 - O número total de crianças e jovens em coabitação, a considerar por família de acolhimento, é determinado em função da especificidade das crianças e jovens a acolher e das condições pessoais, familiares e habitacionais da família.
- 3 - A família de acolhimento pode, a título excepcional e devidamente justificado pela entidade gestora de vagas, acolher um número superior de crianças e jovens em simultâneo, nomeadamente, nas situações de fratrias ou outras em que já existam relações de afeto que o justifiquem.

Artigo 14.º

Candidatura a família de acolhimento

- 1 - Pode candidatar-se a responsável pelo acolhimento familiar quem, além dos requisitos referidos no artigo anterior, reúna as seguintes condições:
 - a) Ter idade superior a 25 anos e inferior a 65 anos;
 - b) Não ser candidato à adoção;
 - c) Ter condições de saúde física e mental, comprovadas mediante declaração médica;
 - d) Possuir preparação, motivação e capacidade afetiva para ser família de acolhimento;

- e) Possuir as condições de habitabilidade, higiene e segurança adequadas para o acolhimento de crianças e jovens, nos termos a definir por despacho do membro do Governo responsável pela área da solidariedade e segurança social;
- f) Ter idoneidade para o exercício do acolhimento familiar, em conformidade com o disposto no artigo 2.º da Lei n.º 113/2009, de 17 de setembro, na sua redação atual;
- g) Não ter sido condenado, por sentença transitada em julgado, por crimes contra a vida, a integridade física, a liberdade pessoal, a liberdade e a autodeterminação sexual;
- h) Não estar inibido do exercício das responsabilidades parentais, nem ter o seu exercício limitado nos termos do artigo 1918.º do Código Civil;

2 - O disposto nas alíneas *f)* a *h)* do número anterior aplica-se, igualmente, a quem coabite com a família candidata.

3 - O limite de idade de 65 anos estabelecido na alínea *a)* do n.º 1 pode ser ultrapassado quando, no superior interesse da criança ou do jovem, a relação de afetividade existente e as competências pessoais do responsável pelo acolhimento constituam uma vantagem acrescida.

Artigo 15.º

Contratualização do acolhimento familiar

1 - O acolhimento familiar de cada criança ou jovem, ou de cada fratria, depende de contrato a celebrar entre a família de acolhimento e o representante legal da respetiva instituição de enquadramento.

2 - O contrato de acolhimento familiar consubstancia a aceitação e o início do acolhimento por parte da família de acolhimento e cessa com a revisão ou cessação da medida.

3 - Sem prejuízo de outras causas de cessação, o contrato de acolhimento familiar é imediatamente cessado pela instituição de enquadramento sempre que ocorram situações que ponham em causa a promoção dos direitos e a proteção das crianças ou jovens acolhidas, designadamente:

- a) Factos supervenientes que contrariem, com carácter definitivo, as condições previstas no presente decreto-lei;
- b) Situações de perigo, designadamente de maus-tratos e negligência, que comprometam a integridade física ou psíquica da criança.

4 - Da cessação do contrato com fundamento no disposto no número anterior é dado imediato conhecimento à CPCJ ou ao tribunal, bem como ao gestor de processo, sendo o registo da família de acolhimento na bolsa referida no n.º 2 do artigo 9.º imediatamente suspenso.

Secção II

Fases do acolhimento familiar

Artigo 16.º

Fases do acolhimento

O acolhimento familiar da criança ou do jovem compreende as seguintes fases:

- a) Preparação, acolhimento e avaliação diagnóstica;
- b) Elaboração e concretização do plano de intervenção;
- c) Acompanhamento e avaliação;
- d) Revisão da medida;
- e) Cessação do acolhimento.

Artigo 17.º

Natureza da integração em família de acolhimento

1 - A integração da criança ou do jovem em família de acolhimento pode ser planeada ou, quando determinada por situações de emergência, urgente.

2 - A integração planeada pressupõe a preparação, envolvimento e informação da criança ou jovem e, sempre que possível, da sua família de origem e implica a troca de informação entre a entidade que aplicou a medida, o gestor de processo, a entidade gestora e a instituição de enquadramento.

3 - A integração urgente é determinada pela necessidade de proteção imediata, em situação de perigo atual ou iminente para a vida ou de grave comprometimento da integridade física ou psíquica da criança ou do jovem, que exija procedimentos adequados de proteção ou que determine a aplicação de medida de promoção e proteção cautelar.

4 - A informação a que se refere o n.º 2 incide, designadamente, sobre os seguintes aspetos:

- a) Situação de perigo que determinou a aplicação da medida de acolhimento familiar;
- b) Avaliação do plano de intervenção definido e realizado em meio natural de vida ou em outras eventuais e prévias intervenções;
- c) Necessidades específicas da criança ou do jovem no que respeita à continuidade das suas rotinas e atividades, apoios e contactos com pessoas de referência;
- d) Intervenção e recursos necessários à execução da medida de acolhimento familiar.

Artigo 18.º

Preparação, acolhimento e avaliação diagnóstica

1 - A criança ou jovem é devidamente informada e ouvida sobre a medida de acolhimento familiar aplicada, de acordo com a sua idade e maturidade para compreender o sentido da intervenção, e preparada para a transição para a família de acolhimento, salvo impossibilidade decorrente de situação de emergência que determine a integração urgente a que se refere o n.º 3 do artigo anterior.

2 - A preparação da criança ou jovem inclui a informação sobre os seus direitos e a explicação sobre o motivo de separação da sua família, se aplicável, e sobre o contexto de origem, as características da família de acolhimento e, sempre que possível, a continuidade da relação com a família de origem e com outras figuras de referência.

3 - A preparação a que se refere o número anterior é da responsabilidade conjunta da instituição de enquadramento e da entidade responsável pela execução e acompanhamento da medida ou de outra entidade que detenha relação prévia e privilegiada com a criança, desde que tal tenha sido previamente acordado com o gestor de processo.

4 - A família de acolhimento é informada pela instituição de enquadramento sobre as características, necessidades e potencialidades da criança ou jovem.

5 - A família de origem deve, também, ser informada pela entidade que aplica a medida sobre a decisão de separação temporária da criança ou do jovem, bem como sobre a sua participação na execução da medida e no processo de promoção e proteção, salvo nos casos previstos na LPCJP.

6 - A preparação do acolhimento implica, ainda, a troca de informação relevante entre a entidade que aplicou a medida, a entidade gestora e a instituição de enquadramento, designadamente, sobre:

- a) A avaliação do plano de intervenção que, eventualmente, tenha sido executado em meio natural de vida;
- b) A situação de perigo que determinou a aplicação da medida;
- c) As necessidades específicas da criança ou do jovem;
- d) Os recursos necessários a disponibilizar pela instituição de enquadramento.

Artigo 19.º

Elaboração e concretização do plano de intervenção

1 - Para cada criança, ou jovem, é elaborado um plano intervenção, nos termos previstos no artigo 11.º.

2 - O plano de intervenção é elaborado pela equipa técnica da instituição de enquadramento em articulação com o gestor de processo, referido no n.º 2 do artigo 8.º, e com a participação da criança ou do jovem, da família de acolhimento e da família de origem como corresponsável no acolhimento, salvo, no que respeita à família de origem, nas situações previstas na LPCJP.

3 - Do plano de intervenção consta, designadamente, informação relativa a:

- a) Objetivos a atingir, atividades a desenvolver, entidades a envolver e respetiva duração de acordo com o diagnóstico da situação da criança ou do jovem;
- b) Acompanhamento, avaliação e revisão da intervenção desenvolvida.

4 - A elaboração do plano de intervenção pode implicar o contributo de outras entidades consideradas necessárias e adequadas.

Artigo 20.º

Acompanhamento e avaliação

O acompanhamento do acolhimento familiar é efetuado pela equipa técnica da instituição de enquadramento em articulação com o gestor de processo a que se refere o n.º 2 do artigo 8.º, e implica, designadamente:

- a) Estabelecimento de contactos com outras entidades comunitárias, designadamente das áreas da saúde, educação e formação onde a criança ou o jovem se encontre integrado, com vista a uma avaliação contínua do seu desenvolvimento e desempenho;
- b) Desenvolvimento de atividades conjuntas com a família de origem da criança ou do jovem, por forma a facilitar a comunicação e a interação familiar;
- c) Organização e realização de atividades promotoras do desenvolvimento de competências pessoais, relacionais, familiares e sociais.

Artigo 21.º

Revisão da medida de acolhimento familiar

1 - A revisão da medida de acolhimento familiar, prevista no artigo 62.º da LPCJP, pressupõe a ponderação dos resultados do processo de execução da medida e a avaliação do projeto de promoção e proteção, devendo considerar-se:

- a) A opinião da criança ou do jovem, bem como da família de origem, salvo nas situações previstas na LPCJP, e da família de acolhimento;
- b) A satisfação das necessidades da criança ou do jovem, designadamente as que foram identificadas na avaliação diagnóstica e trabalhadas no âmbito do desenvolvimento do plano de intervenção;
- c) A estabilidade emocional da criança ou do jovem e da sua família de origem;
- d) O cumprimento do plano de escolaridade, orientação vocacional, formação profissional e ocupação dos tempos livres;
- e) O cumprimento do plano de cuidados de saúde e, quando aplicável, de orientação psicopedagógica;
- f) O desenvolvimento das capacidades e competências pessoais e sociais;
- g) A integração social e comunitária;
- h) Factos concretos e evidências na evolução das condições e capacitação da família de origem para garantir a satisfação das necessidades inerentes ao desenvolvimento integral da criança ou do jovem, bem como das relações intrafamiliares.

2 - Para efeitos da revisão antecipada da medida nos termos do n.º 2 do artigo 62.º da LPCJP, a proposta de substituição ou cessação da medida deve ser fundamentada em circunstâncias concretas que a justifiquem, designadamente as referidas no número anterior.

3 - A proposta de prorrogação, substituição ou cessação da medida é elaborada pela equipa técnica da instituição de enquadramento, em articulação com o gestor de processo, sendo remetida, consoante os casos, à CPCJ ou ao tribunal.

Artigo 22.º

Cessação do acolhimento familiar

1 - A cessação do acolhimento familiar é devidamente preparada pela equipa técnica da instituição de enquadramento, em articulação com o gestor de processo e envolve a participação da criança ou jovem, da sua família de origem, salvo nas situações da alínea g) do n.º 1 do artigo 35.º da LPCJP, e da família de acolhimento, tendo em consideração, consoante as situações, a reintegração familiar ou a autonomia de vida.

2 - A preparação referida no número anterior é igualmente assegurada na situação da cessação do acolhimento familiar por motivo de transição da criança ou do jovem para família adotiva, aplicando-se, neste caso, os programas específicos de preparação da criança para a adoção.

3 – Cessado o acolhimento familiar, e obtida a concordância da criança ou jovem e dos pais ou dos detentores das responsabilidades parentais, a equipa técnica da instituição de enquadramento, em articulação com os serviços das entidades competentes em matéria de infância e juventude, mantém-se informada sobre o percurso de vida da criança ou do jovem por um período, em regra, não inferior a seis meses.

Capítulo III

Direito e deveres

Secção I

Direitos e deveres da criança e do jovem

Artigo 23.º

Direitos

1 – Sem prejuízo dos direitos consignados no artigo 58.º da LPCJP, a criança ou jovem em acolhimento familiar têm, ainda, direito a:

- a) Tratamento individualizado por forma a garantir, num ambiente seguro, a satisfação das suas necessidades biológicas, afetivas e sociais, em função da sua idade e fase de desenvolvimento;

- b)* Acesso a serviços de saúde relacionados com o seu processo de desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social, que lhe permitam a aquisição de atitudes e hábitos saudáveis;
- c)* Igualdade de oportunidades e acesso a experiências familiares e educativas para o exercício da cidadania e qualificação para a vida autónoma;
- d)* Respeito pela confidencialidade de todos os elementos relativos à sua vida íntima, pessoal e familiar;
- e)* Consideração, de acordo com a sua idade e maturidade, das suas opiniões sobre as questões que lhe digam respeito, designadamente, garantindo a sua audição nos processos e decisões que o afetem;
- f)* Contactos com o gestor de processo e com os profissionais envolvidos no seu processo de promoção e proteção, com a CPCJ, com o Ministério Público, com o tribunal e com o seu advogado, para esclarecimento de dúvidas, apresentação de reclamações e queixas ou qualquer outra forma da manifestação da sua vontade;
- g)* Acesso à informação relevante sobre o seu processo de promoção e proteção, considerando a sua idade e capacidade de compreensão, sem prejuízo das limitações decorrentes do acordo de promoção e proteção ou da decisão judicial;
- h)* Privacidade e intimidade, usufruindo, de acordo com a sua idade e maturidade, de um espaço próprio, dos seus pertences, bem como à reserva da sua correspondência, contactos telefónicos ou por outros meios de comunicação, desde que não existam indícios claros de perigo para o seu bem-estar;
- i)* Permanência na mesma família de acolhimento durante o período de execução da medida, salvo se houver decisão de transferência que melhor corresponda ao seu superior interesse;
- j)* Acolhimento, sempre que possível, em família de acolhimento próxima do seu contexto familiar e social de origem, exceto se o seu superior interesse o desaconselhar;
- k)* Não separação de outros irmãos em acolhimento familiar, exceto se o seu superior interesse o desaconselhar;
- l)* Manutenção regular, e em condições de privacidade, de contactos pessoais com a família de origem e com as pessoas com quem tenha especial relação afetiva, salvo se o seu superior interesse o desaconselhar;
- m)* Continuidade em várias áreas da sua vida, como sejam contextos educativos, culturais, desportivos, bem como interesses, rotinas próprias ou gostos pessoais;
- n)* Atribuição de apoios, pensões e prestações sociais a que tenha direito;
- o)* Atribuição de dinheiro de bolso, de acordo com a idade;
- p)* Participação na vida familiar e social da família de acolhimento.

2 - Sempre que não for possível assegurar o disposto na alínea *j*) do número anterior, deve efetuar-se, assim que possível, a transferência da criança ou do jovem para uma família de acolhimento próxima do seu contexto familiar e social de origem, salvo se o contrário constar no acordo de promoção e proteção ou em decisão judicial.

3 - É exigida uma especial ponderação da integração da criança ou do jovem e na disponibilização dos recursos necessários, por forma a minimizar constrangimentos, nas situações de diversidade de idioma, cultura, religião e usos sociais e culturais.

Artigo 24.º

Deveres

A criança ou jovem em acolhimento familiar, em função da sua idade e maturidade, tem o dever de:

- a)* Cumprir, no que lhe diz respeito, o disposto no acordo de promoção e proteção ou em decisão judicial, bem como participar no respetivo plano de intervenção;
- b)* Colaborar em todos os atos de execução da medida respeitantes à sua pessoa e condição de vida, de acordo com a sua capacidade para entender o sentido da intervenção e os compromissos a respeitar;
- c)* Participar nas tarefas e atividades educativas, sociais, culturais ou profissionais.

Secção II

Direitos e deveres da família de origem

Artigo 25.º

Direitos

1 - A família de origem tem direito, salvo decisão judicial em contrário:

- a)* À informação sobre o processo de execução da medida de acolhimento familiar, designadamente, sobre o desenvolvimento da criança ou do jovem, bem como dos acontecimentos relevantes que lhe digam respeito;
- b)* A ser ouvida e a participar no desenvolvimento e educação da criança ou jovem;
- c)* À reserva e intimidade da vida privada e familiar;
- d)* A participar na elaboração do plano de intervenção e respetivas atividades dele decorrentes;
- e)* A contactar com a criança, ou jovem, e com a família de acolhimento em datas e horários definidos, considerando as orientações da instituição de enquadramento e do gestor de processo;

f) A contactar a instituição de enquadramento e a entidade responsável pela aplicação da medida de acolhimento familiar.

2 - A família de origem beneficia, sempre que aplicável, de uma intervenção, da responsabilidade do gestor de processo, orientada para a qualificação familiar mediante a aquisição e o fortalecimento de competências parentais nas diversas dimensões da vida familiar, integrando níveis diferenciados de intervenção de cariz pedagógico e psicossocial.

3 - Pode ainda ser prevista, em situações devidamente justificadas, a atribuição de apoio económico à família de origem, para deslocações com vista ao exercício do direito de visita.

4 - Os termos dos apoios previstos nos números anteriores constam obrigatoriamente do plano de intervenção previsto no artigo 11.º.

Artigo 26.º

Deveres

Constituem deveres da família de origem:

- a)* Colaborar no processo de execução da medida no respeito pelos direitos da criança ou jovem e pelo seu superior interesse;
- b)* Respeitar e cumprir o disposto no acordo de promoção e proteção ou na decisão judicial, bem com as orientações das entidades responsáveis pela execução da medida;
- c)* Informar e facultar documentação relevante sobre o desenvolvimento e situação sociofamiliar da criança ou do jovem;
- d)* Participar e criar as condições necessárias que permitam e facilitem a reintegração familiar da criança, ou do jovem, ou a sua autonomia de vida;
- e)* Comunicar à CPCJ ou ao tribunal, bem como ao gestor de processo e à equipa técnica da instituição de enquadramento, a alteração de residência ou outra informação relevante;
- f)* Afetar os apoios recebidos, no âmbito da execução da medida, ao estrito fim a que se destinam;
- g)* Frequentar as ações de apoio psicossocial e de formação parental acordadas.

Secção III

Direitos e deveres da família de acolhimento

Artigo 27.º

Direitos

1 - Nos termos do acordo de promoção e proteção ou da decisão judicial, as famílias de acolhimento exercem, em relação à criança ou jovem, os poderes-deveres inerentes às responsabilidades que

decorrem da confiança da criança ou do jovem à família de acolhimento, nomeadamente de guarda, de orientação e de educação.

2 - Considerando o disposto no número anterior, às famílias de acolhimento é aplicável o disposto no artigo 64.º do Código do Trabalho.

3 - As famílias de acolhimento têm, ainda, direito a:

- a) Respeito pela intimidade e reserva da sua vida privada e familiar, sem prejuízo dos atos necessários à avaliação e ao acompanhamento da execução da medida;
- b) Receber formação inicial e contínua;
- c) Receber toda a informação e documentação relativa à criança ou jovem a acolher, na medida indispensável à aceitação informada do acolhimento familiar e à sua execução;
- d) Beneficiar do acompanhamento e apoio técnico por parte da instituição de enquadramento;
- e) Receber apoio pecuniário para a comparticipação dos encargos familiares inerentes à manutenção da criança, conforme o disposto no artigo 30.º;
- f) Requerer às entidades competentes os apoios necessários e a que a criança ou jovem tenha direito, designadamente ao nível da saúde, educação e apoios sociais;
- g) Integrar grupos de apoio e de trabalho entre famílias de acolhimento, possibilitando um espaço de partilha de experiências.

Artigo 28.º

Deveres

1 - Constituem deveres das famílias de acolhimento:

- a) Exercer as responsabilidades parentais, nos termos do acordo de promoção e proteção ou da decisão judicial, no que respeita aos atos da vida corrente da criança, ou jovem, tendo em vista o seu desenvolvimento integral, devendo para os atos de particular importância articular com os pais ou detentores do exercício das responsabilidades parentais através da instituição de enquadramento;
- b) Orientar e educar a criança ou o jovem com cuidado e afetividade, contribuindo para o seu desenvolvimento integral;
- c) Facilitar e promover as condições para o fortalecimento das relações da criança ou jovem com a família de origem, de acordo com o estabelecido no acordo de promoção e proteção ou na decisão judicial, bem como no plano de intervenção;
- d) Garantir à instituição de enquadramento, e à família de origem quando aplicável, o acesso a informações atualizadas sobre a situação e os aspetos relevantes do desenvolvimento da criança ou do jovem;

- e) Informar a instituição de enquadramento de qualquer alteração nas suas condições de vida, suscetível de ter impacto nos requisitos estabelecidos no compromisso de acolhimento familiar, designadamente na composição do agregado familiar;
- f) Informar a instituição de enquadramento da pretensão de alteração de residência, bem como indicar sobre o período e local de férias;
- g) Comunicar à instituição de enquadramento a cessação de qualquer das prestações a que se refere o n.º 2 do presente artigo;
- h) Garantir a confidencialidade da informação a que tem acesso sobre a situação e os dados pessoais e familiares da criança ou do jovem, respeitando o direito da família de origem à sua intimidade e reserva da vida privada;
- i) Participar nos programas, ações de formação e nas reuniões, promovidas pela instituição de enquadramento, sempre que para tal sejam convocadas;
- j) Manifestar a sua disponibilidade para articulação com a instituição de enquadramento com vista à monitorização e avaliação do processo de acolhimento;
- k) Não acolher, a título permanente, outras crianças ou jovens que não estejam devidamente identificadas e abrangidas pelo contrato de acolhimento em vigor;
- l) Renovar, anualmente, o documento comprovativo do estado de saúde de todos os elementos do agregado familiar da família de acolhimento e de quem com ela coabite, bem como os respetivos certificados de registo criminal com a menção de que envolve contactos com menores;
- m) Providenciar e garantir os cuidados de saúde adequados à criança ou jovem, tendo em conta a sua idade;
- n) Assegurar à criança, ou jovem, a frequência de estabelecimento de ensino adequado à sua idade e condições de desenvolvimento;
- o) Comunicar, de imediato, ao gestor de processo, qualquer procedimento adotado, relativamente à criança ou jovem, que exija uma intervenção terapêutica urgente e especializada.

2 - A família de acolhimento deve, obrigatoriamente, requerer junto dos serviços competentes da segurança social, as prestações de segurança social a que a criança ou jovem tenha direito, no prazo de 60 dias úteis a contar da data da notificação do direito ou no prazo que se encontre estabelecido no regime jurídico da prestação, se este for superior.

Capítulo IV **Apoios e incentivos**

Artigo 29.º

Natureza dos apoios

No âmbito da execução da medida de acolhimento familiar, os apoios a prestar são de natureza pecuniária, psicopedagógica e social, em conformidade com o estabelecido em acordo de promoção e proteção ou em decisão judicial.

Artigo 30.º

Apoio pecuniário

1 - O apoio pecuniário, a que se refere o artigo anterior, consiste num subsídio pecuniário no âmbito do subsistema da ação social do sistema de Segurança Social, a receber pela família de acolhimento e visa assegurar a manutenção e os cuidados a prestar à criança ou jovem, bem como a satisfação das suas necessidades.

2 - O montante do apoio pecuniário é atribuído por criança ou jovem acolhida e corresponde a 1,2 vezes o valor do indexante dos apoios sociais (IAS).

3 - O montante referido no número anterior é acrescido de uma majoração de 15%, por cada criança ou jovem acolhido, quando:

- a) Se trate de crianças até 6 anos de idade;
- b) Se trate de crianças ou jovens com problemáticas e necessidades específicas relacionadas com situações de deficiência e/ou de doença crónica, devidamente comprovada.

Artigo 31.º

Incentivos fiscais

As famílias de acolhimento beneficiam dos benefícios fiscais previstos no Código do Imposto sobre os Rendimentos das Pessoas Singulares (CIRS) e no Estatutos dos Benefícios Fiscais (EBF).

Capítulo V

Garantias, fiscalização e avaliação

Artigo 32.º

Garantias institucionais

1 - Os serviços da segurança social devem garantir o acesso a todas as medidas de proteção social a que a criança ou jovem tenha direito, bem como articular, quando necessário, com as instituições com acordo de cooperação que desenvolvem respostas sociais de carácter não residencial, por forma a priorizar a integração das crianças ou jovens que se encontram em acolhimento familiar.

2 - Os serviços do Ministério da Educação devem garantir, em tempo útil, a efetiva inclusão escolar e oferta formativa adequada a todas as crianças e jovens em acolhimento familiar.

3 - Os serviços do Ministério da Saúde devem priorizar o acesso de todas as crianças e jovens em acolhimento familiar aos cuidados de saúde adequados, designadamente no âmbito da intervenção precoce e da saúde mental, com base em referência efetuada através do Núcleo de Apoio à Criança e Jovem em Risco da área da residência da criança ou jovem e da família de acolhimento.

Artigo 33.º

Avaliação e fiscalização

1 - Cabe aos serviços competentes da segurança social desenvolver as ações de avaliação e fiscalização do exercício do acolhimento familiar, bem como o acompanhamento das instituições de enquadramento.

2 - Para efeitos do disposto no número anterior, a instituição de enquadramento bem como a família de acolhimento devem facultar o acesso às instalações e à documentação tida por necessária.

Artigo 34.º

Relatório anual

A execução da medida de acolhimento familiar é objeto de avaliação anual nos termos e para os efeitos referidos no artigo 10.º da Lei n.º 31/2003, de 22 de agosto.

Capítulo VI

Disposições finais

Artigo 35.º

Regulamentação

No prazo de 60 dias a contar da data da entrada em vigor do presente decreto-lei, os termos, condições e procedimentos de candidatura a família de acolhimento, bem como da atuação das instituições de enquadramento, são aprovados por portaria do membro do Governo responsável pela área da segurança social.

Artigo 36.º

Revogação

É revogado o Decreto-Lei n.º 11/2008, de 17 de janeiro.

Artigo 37.º

Entrada em vigor

O presente decreto-lei entra em vigor no primeiro dia útil do mês seguinte ao da sua publicação.